BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS – Julho-Agosto-Setembro de 2015 - ISSN 2175-9103 Nº68

Boletim Número 68
Data: Julho-Agosto-Setembro/2015

EDITORIAL

Nesta edição destacamos a participação da equipe do PROEALC na 26ª UERJ Sem Muros. O Boletim nº 68 oferece ainda ao público leitor, nas colunas *Em Foco*, um balanço dos principais acontecimentos políticos ocorridos na América Latina no terceiro trimestre de 2015. O primeiro artigo da referida coluna apresenta uma análise crítica sobre os caminhos atuais do MERCOSUL. O segundo artigo versa sobre as consequências dos 20 anos do NAFTA e as conseqüências do livre comércio na região. O terceiro artigo trata da abertura dos arquivos da ditadura guatemalteca. O quarto artigo analisa o significado da aproximação do Papa Francisco com os movimentos sociais da América Latina. Por fim, o quinto artigo versa sobre a questão dos refugiados sírius que migram para à América Latina.

Apresentamos também, nas colunas *Espaço Aberto*, dois artigos de participantes da equipe PROEALC, a saber: 1) "Entre a fluidez e a efemeridade - apontamentos para pensar o Porto e a cidade", de Arthur Montilho A. Batalha, Bruna Navarone Santos e Gabriel F. Oliveira de Mello; e 2) "Reflexões acerca da violência de gênero: Uma expressão da questão social", por Isabel Gonçalves.

Registramos, ainda, que neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Boa leitura,

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Dra. Andreia de Souza de Carvalho
Pesquisadora e técnico-administrativa do PROEALC/CCS/UERJ

Destaque

PROEALC na 26ª edição da UERJ SEM MUROS

Entre os dias 22 a 26 de setembro de 2014, a equipe do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC) participou da 25ª edição da UERJ SEM MUROS, evento promovido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) a fim de apresentar a produção que tem desenvolvido no campo das esferas do ensino, da pesquisa e da extensão, buscando ir além dos "muros" da Universidade, o que deve ser de fato o compromisso da universidade pública. Como um Programa de Extensão, o PROEALC tem contribuído para fazer avançar o conhecimento e exercido a reflexão crítica diante da produção do mesmo, o qual por sua vez deve ser socializado à população de modo geral. Com este espírito a equipe do PROEALC se apresentará em três modalidades que ocorrerão simultaneamente na UERJ SEM MUROS (Estágio Interno, Iniciação Científica e Extensão. Seguem abaixo os trabalhos apresentados, sob orientação da Coordenadora do PROEALC, Profa. Dra. Silene de Moraes Freire:

19ª Mostra de Extensão – 26ª UERJ Sem Muros

Projeto: Observatório de Direitos Humanos na América Latina
Coordenadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Maria José Martins da Silva
Igor Cristiano Figueiredo Leal
Elena Vasconcellos Funcia Lemme
Gabriel Felipe Oliveira de Mello
Isabel Gonçalves da Silva

O projeto do Observatório de Direitos Humanos na América Latina caracteriza-se como proposta de construção de um espaço interdisciplinar de pesquisa, voltado para: o levantamento, sistematização, pesquisa e análise referente à cobertura dos meios de comunicação impressos e digitais sobre temas relacionados à efetivação dos Direitos Humanos na América Latina. O seu objetivo central é desenvolver uma investigação quantitativa e qualitativa que propõe um questionamento do papel social dos jornais e revistas latino-americanas. O projeto parte do pressuposto teórico de que o discurso midiático não é imparcial, visto que os "detentores" dos seus meios de produção e divulgação, através da mídia, disseminam por seu intermédio seus códigos ideológicos privados de compreensão do mundo, como se os mesmos fossem gerais, ou seja, criam simulacros, ao mesmo tempo em que oferecem informação sobre o "mundo real" como mercadoria (CHAUÍ, 2006). A metodologia do projeto consiste no levantamento de notícias e opiniões, nos meios de comunicação impressos e virtuais, acerca da negação, defesa e ampliação de Direitos Humanos na América Latina, que subsidiem a realização de análises comparativas, capazes de mapear a importância da mídia para construção do consenso social em torno do tema. São indicadores de avaliação de produtividade do projeto: a procura do acervo do observatório por estudantes, professores e pesquisadores da UERJ e de outras instituições; a publicação de artigos, livros e revistas; o acesso ao site do Programa; a publicação virtual trimestral do Boletim ODH; a realização de trabalhos em seminários e congressos nacionais e internacionais, cursos e outras atividades afins e a realização bianual do Seminário Internacional Direitos Humanos na América Latina. O banco de dados do Observatório é alimentado diariamente, atualizado semestralmente e disponibilizado no site www.proealc.uerj.

Titulo: Programa de Estudos de América Latina e Caribe
Coordenação: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Andreia de Souza de Carvalho
Hugo Macedo de Ara
Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca
Fabyane Crystine Oliveira Soares
Pedro Barros Tavares Peixoto

O Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC) foi criado no ano de 1994, no Centro de Ciências Sociais (CCS/UERJ), no Pavilhão João Lyra Filho, sala 8018, bloco E. Constitui-se como um centro interdisciplinar, referência nacional e internacional em pesquisa, documentação, orientação de estudos e atividades de extensão. Objetivos do projeto: 1) promover a vivência pelos bolsistas de extensão de práticas acadêmicas, políticas e sociais, principalmente através da leitura de textos de formação, da realização de entrevistas, redação de artigos acadêmicos, discussão e confecção de informativo, apresentação em congressos e da análise de levantamentos estatísticos; 2) promover o intercâmbio entre instituições de ensino superior da América Latina sobre a realidade dos países latino-americanos e 3) manter um banco de dados sistematizado e atualizado disponível aos pesquisadores sobre temas pertinentes aos países latino-americanos. As análises dos registros mais significativos desse material são sistematizadas e apresentadas no site www.proealc.uerj.br, via Boletim Virtual PROEALC. Metodologia de avaliação: 1) acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas no projeto; 2) realização de Grupos de Estudos; 3) reuniões de Equipe; 4) publicações de livros e artigos em anais e Congressos e revistas científicas; 5) atualização do site do PROEALC com atividades desenvolvidas no projeto; 6) reavaliação e operacionalização do desenvolvimento do Projeto; 7) elaboração de Relatórios Conjuntos; 8) aprovação de trabalhos em Congressos e Seminários; 9) procura do acervo do projeto por pesquisadores; 10) elaboração de análises qualitativas e qualitativas com o material coletado; 11) participação de pesquisadores nos eventos promovidos no âmbito do projeto; 12) consulta aos dados divulgados e 13) realização de parcerias nacionais e internacionais.

16ª Semana de Graduação – 26ª UERJ Sem Muros
Data: 21 a 25 de Setembro de 2015
Local: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

PEIXOTO, Pedro B. T. (EIC/UERJ). **Processos Políticos na América do Sul para a Integração Regional – Argentina, Uruguai e Brasil: Como Estão os "Canais Democráticos" com o Avanço Neoliberal.** Projeto: Mercosul: Um Projeto de Integração Econômica, Política, Social e Cultural. Orientadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire.

O projeto "Mercosul: Um Projeto de Integração Econômica, Política, Social e Cultural" corresponde a uma das linhas de pesquisa do Programa de Estudos da América Latina e Caribe (PROEALC) que aspira aprofundar e ampliar o debate a respeito do processo de integração regional na América do Sul em todas as esferas a partir de uma perspectiva que aponte para a tentativa de construir espaços de discursividades da realidade regional frente à política neoliberal. A partir dessa linha, o presente trabalho busca, através do acompanhamento dos processos e acordos políticos na América do Sul, traçar um vínculo entre os acontecimentos políticos e diplomáticos nos países com heranças históricas de governos autoritários e o projeto de integração regional e local. Isto é, partindo-se da complexidade nacional de cada país, buscam-se similitudes no tecido político e/ou cultural que os associem ou não para chegar a uma realidade continental convergente ou diluída. A política posta no Uruguai por Mujica, o período pré-eleitoral na Argentina, a ascensão de uma "direita opositora" e das mudanças governamentais do PT, o surgimento de novos "influenciadores" político-econômicos na América Latina e suas consequências para o projeto de integração regional; todos esses e outros fatosserão a base para as hipóteses aqui inferidas. Metodologia: essa pesquisa é elaborada a partir da coleta de dados mensais, correspondente a essa linha de pesquisa, e das discussões feitas durante os Grupos de Estudos do PROEALC (GEPs), além de uma bibliografia complementar. Resultados: apresentação do trabalho na UERJ sem Muros e publicações periódicas na página virtual do PROEALC.

MORAES, Maryanna de Souza (EIC/UERJ). **Prisão, racismo e poder: quando a retórica de guerra mascara o lucro.** Projeto: Mercosul: Um Projeto de Integração Econômica, Política, Social e Cultural. Orientadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire.
Projeto: Mídia e "Questão Social": Uma análise da manufatura do consenso neoliberal. Orientadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire

Decorrente do projeto "Cultura política e questão social - uma análise do Estado brasileiro no século XX e XXI", uma das linhas de pesquisa do Programa de Estudos da América Latina e Caribe (PROEALC), o presente trabalho tem por escopo refletir acerca da criminalização enquanto estratégia de contenção social. A partir de pesquisas teóricas, da análise de indicadores sociais e do acompanhamento diário da grande imprensa, inferimos os alicerces históricos da atual demanda por ordem, bem como o papel da mídia em esculpir o assujeitamento coletivo que legitima o discurso autoritário e a violência institucional. Embora o autoritarismo seja um traço marcante de nossa cultura política, hoje assistimos a uma escalada sem precedentes do punitivismo no Brasil. Discute-se um tema tão sério como o da redução da maioridade penal com absoluta inconsistência técnica. Objetivamos aprofundar este debate e delimitar seus nexos com as relações de poder sob o recorte histórico do Estado brasileiro. Não obstante o fenômeno prisional ser abrangente, no Brasil é agravado pela ausência do estado de bem-estar social em nossa história. Não é por acaso que o encarceramento em massa caminha lado a lado com a precarização do trabalho, tampouco coincidência que o "tipo ideal" de criminoso tenha cor e endereço. Os mecanismos psico-sociais de autoproteção escondem uma estratégia de limpeza étnico-racial. Por trás da retórica de guerra legitimante do extermínio da juventude negra, existe a função econômica da prisão.
Resultados: construção e atualização de banco de dados sobre cultura punitivista e seletividade no Brasil, além da elaboração de relatórios e artigos sobre o tema.

MELLO, GabrielF. O.de (EIC/UERJ). **Entre os desafios e avanços para a construção de uma nova hegemonia política na América Latina.** Projeto: Processos Políticos na América Latina Contemporânea. Orientadora: Silene de Moraes Freire.

O presente trabalho é parte do projeto de pesquisa Processos Políticos na América Latina Contemporânea desenvolvida no PROEALC–UERJ, sob orientação da professora doutora Silene Freire. O estudo tem como ponto de partida a chegada ao poder de partidos de matriz de esquerda aos governos de diversos países latino-americanos, a partir da primeira década do século XXI. Partimos do entendimento que esses novos governos, guardada as devidas proporções locais, tem reivindicado a construção de uma nova hegemonia econômica e política no continente, assim como na construção de uma nova cultura política interna. É importante salientar que a edificação desses novos processos políticos -tanto interna, quanto externamente- é perpassada pela aproximação com novos parceiros econômicos e militares. Assim sendo, o presente trabalho objetiva compreender como a busca por novos parceiros políticos/econômicos está inserida na lógica de construção dessa nova hegemonia política na América Latina, com destaque para as relações econômicas com a China; buscando entender também se essas recentes parcerias resultam de fato na construção de uma nova hegemonia política ou se acabam reproduzindo a mesma lógica de grandes parceiros econômicos de tempos anteriores. O método da pesquisa concentra-se na leitura de livros e artigos sobre o assunto, bem como na interpretação teórica dos dados coletados (através de publicações on line) que são amplamente divulgados por agências de pesquisa tanto Latino-Americanas, como brasileiras e europeias, assim como órgãos e ministérios nacionais dos países envolvidos e notícias da grande imprensa. Pretende-se que o presente trabalho sirva para contribuir com estudos que visam um melhor entendimento das relações internacionais Latino-Americanas, assim como na proposição de novas políticas públicas na região.

LEMME, Elena V. F. (EIC/UERJ). **Mídia, ideologia e ditadura militar: a herança escancarada no tempo presente.** Projeto: Mídia e questão social no cenário neoliberal. Orientadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire

O trabalho faz parte da linha de pesquisa “Mídia e Questão Social no Cenário Neoliberal” e apresenta um recorte histórico e social: o estudo da atuação midiática no período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985). O objetivo principal é entender a relação entre o ser presente e o ser herança, buscando no campo da ideologia, reproduzido na mídia, explicações para os reflexos do pensamento autoritário no tempo presente. A análise parte da premissa de que a história é construída através de rupturas e permanências, não sendo possível entender o presente sem um olhar cuidadoso para o passado. É fundamental destacar, todavia, que as transformações não são ou serão estruturais enquanto haja a centralidade do capital, restando tão somente, na esfera das mudanças, aspectos que dizem respeito à aparência do fenômeno, à superestrutura. Faz-se relevante, ainda, indicar que trabalhamos “ideologia” não no sentido vulgar, de posições políticas, mas como sendo a exploração das classes no *campo da consciência*, advinda da força do modo de produção do capital. Diante disso, busca-se compreender a atuação da mídia como legitimadora dos discursos que defendem os interesses das elites e classes dominantes, que acaba por negar direito à memória aos que vivenciaram a repressão, perpetuando sua base discursiva e de dominação ideológica para muito além de um período histórico. A metodologia utilizada consiste em: Coleta de dados em acervos de jornais já existentes à época da ditadura, e comparação da linguagem e abordagem com dados das mesmas fontes sobre o período atual (2014-2015); Leitura do relatório da Comissão Nacional da Verdade, buscando os elos entre passado e presente e o esclarecimento de controvérsias sobre o período ditatorial, geradas pelo discurso político e midiático hegemônico; Pesquisa teórica, através de levantamento bibliográfico; Participação semanal nos grupos de estudo do PROEALC, em que são realizadas leituras e debates de livros e artigos com temas relacionados à pesquisa, que permitem o adensamento teórico e melhor compreensão sobre a mesma. Resultados da pesquisa: Constatar o papel crucial da mídia na manutenção ideológica do capital, que perpassa o processo de ditadura e chega, como herança, ao tempo presente, a exemplo da permanência do discurso de ódio, de combate a partidos políticos de esquerda e de aclamação a setores conservadores; Construção de banco de dados; Elaboração de relatórios; Participação em congressos.

CARVALHO, Andreia de Souza de Carvalho (FSS/UERJ). TCC: **O envelhecimento em questão: um estudo das políticas de enfrentamento à violência contra os idosos no Brasil.** Orientadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire

Esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desenvolvido para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social (FSS), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), teve por objetivo central a realização de uma análise das políticas públicas de enfrentamento à violência contra os idosos no Brasil, tendo como marco principal a promulgação da Constituição Federal (1988), com destaque para a implementação do Plano Nacional dos Idosos (1994), do Estatuto do Idoso (2003), do Plano de Ação

para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa (2005) e do Manual de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa (2014). O estudo partiu da hipótese que as políticas de combate à violência contra os idosos priorizam a responsabilização do individuo e das famílias, enquanto desresponsabilizam o Estado via cultura privacionista que incentiva as parcerias público-privadas, a filantropia, a atuação de ONGs e o voluntariado, seguindo a tendência hegemônica das políticas sociais, pós década de 1990 (TEIXEIRA, 2008). Para realização desse objetivo central, apresentamos uma sucinta caracterização do fenômeno do envelhecimento e da violência contra os idosos no Brasil, partindo do pressuposto teórico de que o homem envelhece sob determinadas condições de vida, fruto do seu lugar de ocupação nas relações de produção e reprodução social, portanto não poderíamos universalizar as características do processo de envelhecimento no país. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: leitura de bibliografia sobre a temática; a síntese interpretativa de dados estatísticos sobre processo de envelhecimento no Brasil; o levantamento de documentos oficiais e a análise qualitativa dos materiais pesquisados

24ª semana de iniciação científica- UERJ

SILVA, Isabel Gonçalves da (EIC/UERJ). **A violência contra a mulher e sua relação com a saúde pública no Brasil.** Projeto: As Novas Expressões da "Questão Social" no Brasil Contemporâneo. Orientador (a): Profa. Dra. Silene de Moraes Freire.

Introdução: o trabalho busca aprofundar o estudo apresentado na 23ª Semana de Iniciação Científica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ampliando suas reflexões sobre a violência sofrida pelas mulheres como um problema nacional de saúde pública. Segundo dados da ONU o gasto com o a violência de gênero chegou a R$ 508,2 bilhões em 2013 gerando forte impacto nos serviços de saúde e previdência. A violência de gênero tem raiz na forma patriarcal na qual nossa sociedade é fundada, as relações hierárquicas alimentam a desigualdade onde o homem se sobrepõe a mulher. Por definição tal violência pode ser expressa de diversas formas, física, sexual ou psicológica, no âmbito privado ou público. A violência doméstica contra mulheres é a mais expressiva gerando grande impacto no número de homicídios. Medidas de proteção vêm sendo implementadas desde 2006 com a sanção da Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, e recentemente com a Lei do Feminicídio, de 2015, que prevê uma pena mais dura para crimes de gênero. Embora tais medidas estejam vigentes e acessíveis à população, os números de violência e homicídios não diminuíram, demonstrando que tais políticas ainda são ineficientes e que o problema é de ordem estrutural. Objetivo: investigar as formas de violência sofrida pelas mulheres e seu impacto social, correlacionando com as intervenções estatais e o reflexo nos gastos com a saúde. Metodologia: o estudo tem como base a coletas de dados acerca do assunto, entendido como uma expressão da "questão social". Assim, o método utilizado estimula a análise desta questão na realidade brasileira a partir de leituras bibliográficas e coleta de dados em fontes confiáveis. Resultados: elaboração de artigos, relatórios e formação de banco de dados. **Conclusão**: o projeto tem permitido uma visão ampliada sobre a desigualdade estrutural vigente no país, que para além de uma sociedade patriarcal e sexista, também é marcada por um racismo institucional e pela luta de classes.
Palavras- chave: Violência, Mulheres, Saúde.

SOARES, Fabyane C.O. (IC/CNPq). **"Jornadas de Junho 2013" e as lutas na educação, quais apontamentos?** Projeto de Pesquisa: Estado, Conflitos Sociais e Questão Social no Brasil. Orientadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire.

Introdução: Nosso trabalho visa problematizar a relação das manifestações do ano de 2013 e 2014 com a organização de um dos segmentos da educação no ano de 2015, ou seja, os sujeitos políticos pertencentes ao movimento estudantil. O acirramento dos processos de luta recentes em nosso país ainda não foram suficientemente aclarados, pois há diversas mediações e contradições que necessitam ser investigadas. Por isso buscaremos analisar os conflitos sociais e as respostas aos mesmos neste último período no campo da educação, quando jovens universitários passam a se organizar em movimentos grevistas. Objetivos: Analisar as recentes greves e mobilizações sociais, sobretudo as dos movimentos estudantis, buscando problematizar sua relação com as mobilizações iniciadas nas manifestações dos anos anteriores que revelaram um protagonismo da juventude dos centros urbanos; discutir as formas de enfrentamento do Estado a essas manifestações e o papel da mídia na criminalização desses movimentos. Metodologia: Estudos de bibliografias referentes ao tema, análise das notícias coletadas mensalmente e participação em grupos de estudo semanais. O processo metodológico busca sempre aprofundar a centralidade da mídia na construção

do consenso legitimador da intervenção da política de segurança pública nos recentes conflitos sociais, problematizando as ações do Estado neste contexto. Resultados: Formação de banco de dados, elaboração de artigos e trabalhos para apresentação em Seminários e publicação no boletim da pesquisa. As notícias coletadas, de dezembro de 2014 a junho de 2015 apontaram para crescentes mobilizações estudantis, fecundando em greves dos setores que compõem a educação superior e na educação básica com apoio dos estudantes. Conclusão: A análise das notícias e das referidas obras evidenciam como as mobilizações recentes são fundamentais para a compreensão da relação entre Estado e sociedade civil. O Estado responde a esta correlação de forças de forma truculenta, tornando suas ações autoritárias prática comum em tempos ditos *democráticos*. Palavras-chave: Conflitos Sociais; Educação; Movimento Estudantil; Mídia; Estado.

Em Foco I

Mercosul: Um novo horizonte?

Acordo firmado entre países do Mercosul inclui pautas trabalhistas entre as prioridades do bloco e aponta novas possibilidades de aprofundamento

Por: Leonardo Aragão *

A integração latino-americana é um tema que está na pauta de política externa de qualquer governo progressista da região. Entretanto, em meio a crises econômicas e tentativas de desestabilização política dos governantes eleitos democraticamente, a almejada integração deixa de ser prioridade e passa a ser um "objetivo estratégico de longo prazo".

Uma saudável notícia recente que rompe com a ausência de novas tendências sobre essa questão foi o anúncio, na sexta-feira (26.06), de uma declaração assinada pelos ministros do Trabalho do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela que estabelece a possibilidade de trabalhadores dos cinco países do Mercosul terem direito à organização sindical conjunta e se unam para negociações coletivas junto aos setores patronais.

Ainda que esta declaração tenha o valor de uma carta de intenções, sem efeito prático imediato, e considerando as realidades econômicas, trabalhistas e sindicais de cada um dos países membros do Mercosul, o acordo amplia as possibilidades de livre circulação e cria o conceito de trabalhador do Mercosul, permitindo abertura de novos mercados de trabalho e intercâmbio de experiências profissionais.

Este fato novo, aliado à conjuntura política turbulenta – dos cinco países, apenas o Uruguai apresenta um cenário razoavelmente tranquilo nos últimos anos em relação à estabilidade democrática – indica um sinal do quanto podemos avançar dentro do Mercosul e ampliar a união para além das bases estritamente econômicas, fruto da orientação liberal dos governos da primeira metade da década de 90, para atingir propósitos maiores, sobretudo uma aliança social que permita fazer um contraponto ao avanço das ideias antiprogressistas no continente, unindo esforços com outros blocos como a ALBA e a Unasul.

Em debate realizado na Universidade Federal do ABC no início de junho, o ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, compartilhou desse ponto de vista, ao apontar que o Mercosul é crucial para enfrentar a crise no Brasil. É fundamental que o governo mantenha esse entendimento, uma vez que estão em marcha pressões de setores conservadores para reduzir a força do Mercosul com a exclusão da Venezuela e, em última instância, a perda progressiva de protagonismo do bloco na América do Sul, tornando-o insignificante nas articulações mundiais comparando com seus pares (OEA, União Europeia), e semeando argumentos visando a retomada das negociações sobre a Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

Parte importante do debate sobre os rumos do Mercosul se dará em julho, quando ocorre a Cúpula Social do

Mercosul, em Brasília. Um momento único, onde representantes de organizações dos cinco países membros poderão avaliar o que pode ser feito e construir uma agenda comum de mobilizações pela América do Sul, abordando temáticas como integração regional, juventude, direitos humanos, cultura e a criação de observatórios e laboratórios de formulação de políticas públicas.

Se no Brasil está em jogo a formação de uma frente de esquerda demarcando as conquistas obtidas nos últimos anos e avançando nas lutas da esquerda, por que não trabalharmos para a adoção de estratégia semelhante entre os movimentos sociais de todo o Mercosul? Um desafio necessário em tempos difíceis.

*** *Leonardo Aragão*** é jornalista, especialista em gestão de políticas públicas pela Unicamp e membro do coletivo O Estopim, que atua na área de direitos da Juventude.

Link: http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Mercosul-Um-novo-horizonte-/6/33899

Em Foco II

Os vinte anos do Nafta e as miragens do livre-comércio

A resistência contra a avalanche do comércio sem limites encontrou eco entre os parlamentares norte-americanos, que recuaram diante da aprovação acelerada do tratado de livre-troca transpacífico defendido por Obama. Após duas décadas, o balanço do Nafta deve forçar uma mudanças de orientação

Por Lori Wallach*

Reunindo México, Estados Unidos e Canadá, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1994 em meio a uma enxurrada de promessas. Seus promotores não se cansavam de repetir: ele vai permitir a expansão do comércio, impulsionar o crescimento, criar empregos, reduzir a imigração clandestina. O *Washington Post*maravilhava-se com a "lista de novas oportunidades e benefícios" que ele traria (14 set. 1993), enquanto o *Wall Street Journal*comemorava a ideia de que os consumidores logo poderiam contar com "preços mais baixos em uma vasta gama de produtos" (7 ago. 1992). O *Los Angeles Times*, por sua vez, garantia: "O Nafta vai gerar muito mais empregos do que destruir" (29 maio 1993).

Esses comentários tranquilizadores falavam de um acordo comercial de novo tipo. O Nafta não se contentava, como seus antecessores, em reduzir as tarifas aduaneiras e rever as cotas de importação; ele implicava também um nivelamento das normas e previa medidas excessivamente protetoras para os investidores estrangeiros. E ainda autorizava as empresas a contestar diretamente as políticas nacionais, levando os próprios Estados ao tribunal – disposições hoje encontradas no projeto do Grande Mercado Transatlântico (GMT),[1] o projeto de criação de uma zona de livre-troca entre Estados Unidos e União Europeia. Um balanço dos vinte anos de existência do Nafta pode nos ajudar a medir o fosso que separa essas expectativas da realidade. E desconfiar dos evangelistas do livre-comércio.

Em 1993, os economistas Gary Hufbauer e Jeffrey Schott, do Peterson Institute for International Economics, explicavam que o Nafta traria um aumento do comércio com o México e o Canadá, gerando 170 mil empregos até o fim de 1995. Menos de dois anos após essas estrondosas declarações, o próprio Hufbauer admitiu que o efeito sobre o emprego mantivera-se "próximo de zero". E acrescentou: "Para mim, a lição é que eu preciso parar de fazer previsões".[2] Mas essa confissão não tem impedido o Peterson Institute de produzir previsões otimistas sobre o GMT...

Um déficit comercial monumental

Longe de ter criado novas oportunidades para as empresas norte-americanas e tê-las levado a contratar, o Nafta favoreceu as deslocalizações industriais e a abertura de filiais no estrangeiro, particularmente no México, onde a mão de obra é barata. No setor agrícola, inúmeras empresas norte-americanas especializadas na transformação de produtos alimentícios também se mudaram para o país ao sul. O enfraquecimento das normas sanitárias e ambientais gerado pelo acordo permitiu aproveitar os baixos salários mexicanos. Antes de 1994, era proibida a importação para os Estados Unidos de diversos alimentos processados no México, pois eles não eram considerados seguros. No setor de carne bovina, apenas um frigorífico mexicano podia exportar seus produtos para o mercado norte-americano. Vinte anos depois, as importações de carne bovina mexicana e canadense aumentaram 133%, levando à falência milhares de produtores norte-americanos.[3]

O déficit comercial dos Estados Unidos com o México e o Canadá só cresceu: enquanto em 1993 era de US$ 27 bilhões, em 2013 ele superava os US$ 177 bilhões.[4] Segundo os cálculos do Economic Policy Institute, o déficit comercial norte-americano com o México significou uma perda líquida de 700 mil empregos nos Estados Unidos entre 1994 e 2010.[5] Em 2013, 845 mil norte-americanos haviam recebido ajuda do programa de "assistência ao ajuste comercial" (Trade Adjustment Assistance), voltado para os trabalhadores que perderam o emprego em razão das deslocalizações para o Canadá e o México, ou por causa do aumento das importações vindas desses países.[6]

O Nafta não apenas diminuiu o número de empregos nos Estados Unidos, como também afetou sua qualidade. Os trabalhadores da indústria demitidos foram para o setor já saturado dos serviços (hotelaria, manutenção, restauração etc.), no qual o salário é menor e as condições são mais precárias. Esse afluxo de novos trabalhadores pressionou os salários para baixo. Segundo o Bureau of Labor Statistics, dois terços dos operários demitidos por razões econômicas que encontraram trabalho em 2012 tiveram de aceitar um emprego com remuneração inferior. Para metade deles, a diferença chegou a 20%. Considerando que, naquele ano, um operário norte-americano ganhou uma média de US$ 47 mil, isso equivale a uma perda anual de aproximadamente US$ 10 mil. Isso explica, em parte, por que faz vinte anos que o salário médio está estagnado nos Estados Unidos, enquanto a produtividade do trabalhador aumentou.

Em 1993, alguns defensores do Nafta já previam esse fenômeno de destruição de empregos e achatamento dos salários, mas garantiam que a operação seria benéfica para os trabalhadores norte-americanos, os quais poderiam comprar produtos importados mais baratos e, assim, aumentar seu poder aquisitivo. Ocorre que o aumento de importações não leva necessariamente à queda dos preços. Por exemplo, no setor alimentício, entre 1994 e 2014, apesar de as importações provenientes do México e do Canadá terem triplicado, o preço nominal dos alimentos nos Estados Unidos subiu 67%.[7] A redução do preço de poucos produtos não foi suficiente para compensar as perdas sofridas pelos milhões de trabalhadores não qualificados, que viram seus salários reais cair 12,2% nesse período.[8]

Os trabalhadores norte-americanos, porém, não foram os únicos a sofrer com o Nafta. O acordo também teve efeitos desastrosos no México. Podendo exportar sem qualquer entrave, os Estados Unidos inundaram o país de milho subsidiado oriundo da agricultura intensiva, gerando uma queda do preço que desestabilizou a economia rural. Milhões de *campesinos* expulsos do campo migraram para procurar emprego em *maquiladoras*,[9] pressionando para baixo o salário pago por elas, ou tentaram atravessar a fronteira e se estabelecer nos Estados Unidos. O êxodo rural agravou os problemas sociais nas cidades mexicanas, levando a uma intensificação da guerra às drogas.

Segundo Carlos Salinas de Gortari, presidente do México na época em que o acordo entrou em vigor, o Nafta reduziria o fluxo de migrantes tentando cruzar a fronteira com os Estados Unidos: "O México prefere exportar produtos a cidadãos", declarou em 1993, garantindo que o vizinho teria de escolher entre "receber tomates mexicanos ou imigrantes mexicanos que vão cultivar tomate nos Estados Unidos". Em 1993, 370 mil mexicanos tinham ido para os Estados Unidos; em 2000, eles eram 770 mil. Em 1993, 4,8 milhões viviam clandestinamente no país; em 2012, eram 11,7 milhões...

Essa emigração maciça explica-se principalmente pela explosão do preço dos produtos de primeira necessidade. O uso crescente de milho norte-americano para produzir etanol acabou gerando, em meados dos anos 2000, um aumento de preços que teve importantes consequências para o México, tornando-o dependente das importações agrícolas norte-americanas.

O preço das *tortillas* – alimento básico no país – teve um salto de 279% entre 1994 e 2004.[10] Em vinte anos, o custo dos produtos de primeira necessidade foi multiplicado por sete; o salário mínimo, por quatro. O Nafta

deveria trazer prosperidade, mas, hoje, mais de 50% dos mexicanos (60% na zona rural) vivem abaixo da linha da pobreza. Entre 1994 e 2014, o PIB*per capita* do México aumentou apenas 24%, um crescimento médio anual de 1,1%. Entre 1960 e 1980, ele tinha crescido 102% (3,6% ao ano). Se o México tivesse continuado a crescer nesse ritmo, seu nível de vida atual estaria próximo ao de países europeus...

As promessas viraram fumaça, e um balanço desse fracasso poderia ajudar a construir um modelo de integração econômica mais justo. No entanto, longe de aprender com esses erros, os atuais negociadores do GMT parecem empenhados em repeti-los.

Frases

"O Nafta é sinônimo de emprego. Empregos norte-americanos. Empregos norte-americanos bem pagos. Se eu não acreditasse nisso, não apoiaria o acordo. [...] Acredito que o Nafta criará 1 milhão de empregos só nos primeiros cinco anos."
Bill Clinton, presidente dos Estados Unidos, 14 de setembro de 1993.

"O Nafta é um acordo que vai gerar emprego [...]. É um acordo que vai melhorar nosso meio ambiente, pois teremos mais recursos para cuidar melhor dele. É um acordo que vai permitir aumentar os salários [...]. É um acordo que vai reduzir os fluxos migratórios, pois os mexicanos não precisarão migrar para o norte em busca de emprego: eles vão encontrá-lo aqui."
Carlos Salinas de Gortari, presidente do México, 28 de maio de 1993.

"As empresas do século XXI, inclusive as menores, precisam vender produtos no exterior. Hoje, nossas empresas exportam mais do que nunca, e as empresas que exportam pagam melhor seus trabalhadores. [...] Assim, peço aos parlamentares democratas e republicanos poder para negociar acordos comerciais a fim de proteger os trabalhadores norte-americanos por meio de novos tratados com a Ásia e a Europa, os quais estabelecerão um comércio não apenas livre, mas também justo."
Barack Obama, 20 de janeiro de 2015.

"Se formos ambiciosos e chegarmos a um acordo global, poderemos ver a riqueza da União Europeia aumentar em 120 bilhões de euros, e a dos Estados Unidos, em 90 bilhões de euros. Isso provavelmente gerará milhões de novos empregos para nossos trabalhadores. A energia gerada pelo Grande Mercado Transatlântico será renovável, pois o livre-comércio funciona de modo a aumentar permanentemente o montante da riqueza que uma economia pode produzir. Assim, esses bilhões não serão ganhos uma única vez, mas todos os anos."
Karel De Gucht, comissário europeu para o Comércio, 10 de outubro de 2013.

1 Ler "Le traité transatlantique, un typhon qui menace lesEuropéens" [Tratado transatlântico, um tufão que ameaça os europeus], Le Monde diplomatique, nov. 2013.
2 The Wall Street Journal, Nova York, 17 abr. 1995.
3 "Interactive Tariff and Trade Dataweb" [Dados interativos sobre tarifas aduaneiras e comércio], US International Trade Commission. Disponível em: http://dataweb.usitc.gov/.
4 Ibidem.
5 Saldo entre empregos criados e perdidos. Gary C. Hufbauer e Jeffrey J. Schott, "Nafta: An Assessment" [Nafta: um balanço], Peterson Institute for International Economics, Washington, 1993.
6 Public Citizen, Trade Adjustment Assistance Database, 2013. Disponível em: http://www.citizen.org/taadatabase.
7 "CPI for Food at Home for All Urban Consumers" [IPC de alimentação e moradia, para todos os consumidores urbanos], "Consumer Price Index Database", Bureau of Labor Statistics, Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, Washington.
8 "Wage Statistics for 2012" [Estatísticas salariais para 2012], Social Security Administration, fev. 2014.
9 Localizadas na fronteira do México com os Estados Unidos, as maquiladoras são fábricas abertas ao capital estrangeiro que montam produtos destinados à exportação e isentos de taxas aduaneiras.
10 Ler Anne Vigna, "Le jour où le Mexique fut privé detortillas" [O dia em que o México ficou sem tortillas], Le Monde diplomatique, mar. 2008.

*****Diretora do *Public Citizen's Global Trade Watc*h.

Link: http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1896

Em Foco III

A verdade ainda que tardia: os arquivos do terror na Guatemala

Há dez anos, no dia 5 de julho de 2005, foram encontradas mais de 80 milhões de páginas com assassinatos e desaparecimentos de oposicionistas. Desde a derrubada do governo democrático de Jacobo Árbenz pela CIA, em 1954, mais de 250 mil pessoas morreram.

Por Leonardo Wexell Severo*

Uma denúncia sobre "explosivos mal armazenados" fez com que, no dia 5 de julho de 2005, funcionários da Procuradoria de Direitos Humanos (PDH) entrassem em um velho paiol abandonado, infestado de ratos, no centro da capital guatemalteca. Então, o que era para ser uma investigação de rotina se transformou na maior descoberta sobre a política de terrorismo de Estado praticada pela oligarquia, com apoio da CIA, contra "subversivos", "esquerdistas" e "comunistas" no continente. A verdade documentada em 80 milhões de páginas continha os pormenores de décadas de perseguições, torturas, desaparecimentos e assassinatos de oposicionistas.

A memória do crime estava ali, abandonada para ser decomposta pela umidade e pelo tempo. A recordação depositada em pilhas de mais de três metros de altura, nos cinco edifícios antes pertencentes à Polícia Nacional. A rica trajetória da resistência popular deixada ao léu para ser roída. A lembrança escondida pela principal "seção" das "forças de segurança" durante os 30 anos da guerra suja que deixou mais de 250 mil mortos. "Forças" desmanteladas por exigência do acordo de paz de 1996 firmado pelo governo com a guerrilha. Retrato de um país convertido "numa imensa sepultura sem nome", nas palavras da analista Kate Doyle, diretora do Projeto de Documentação da Guatemala.

"Quando visitei o lugar no começo de agosto, vi armários inteiros classificados segundo o tema: 'Assassinatos', 'Desaparecidos' e 'Homicídios', assim como expedientes assinalando nomes de pessoas internacionalmente conhecidas, de vítimas de assassinato político", descreve a arquivista-chefe e conselheira do Arquivo de Segurança Nacional dos EUA, Trudy Huskamp Peterson. Conforme relatou Peterson, nos "Arquivos da Polícia", "havia fotografias de corpos e presos, listas de informantes da polícia com nome e foto, montes de habilitações de motorista, fitas de vídeos e disquetes de computadores". E mais, listas com nomes de filhos de guerrilheiros mortos e das famílias que os adotaram como seus ou simplesmente para servi-los.

Heróis anônimos

Desafiadora, a verdade sobreviveu, em meio à manipulação midiática, ao pó, aos insetos e às fezes de morcegos. Dezenas de milhares daqueles homens e mulheres que posteriormente iriam ser reduzidos à sigla NN - "nome nenhum" - estão ali muito bem identificados, com sobrenome, endereço, telefone, hábitos, preferências. Também há gente de renome, como o advogado trabalhista Mario López Larrave, assessor do Comitê Nacional de Unidade Sindical (CNUS), metralhado quando saía do seu escritório em 8 de junho de 1977; o ex-prefeito da capital guatemalteca e líder oposicionista Manuel Colom Argueta, assassinado em 22 de março de 1979, uma semana após registrar seu novo partido; e a jovem antropóloga Myrna Mack, que auxiliava os maias sobreviventes de massacres, apunhalada 27 vezes por um esquadrão da morte das Forças Armadas da Guatemala, no centro da capital, no dia 11 de setembro de 1990.

Nas cidades, lembra Kate Doyle, a repressão havia buscado desmembrar a oposição sem deixar rastros oficiais. "Esquadrões da morte atuavam sem uniformes, em veículos sem identificação. Os jornais faziam o seu jogo noticiando cada novo cadáver como 'homens sem identificação com roupas de civil'. Assassinos anônimos retiravam a identidade de suas vítimas, deformando completamente rostos e cortando as mãos, ou os sequestravam e jogavam seus corpos no esquecimento de barrancos, lagos e fossas comuns".

Comissão de verdade

Se chegaram tarde para contribuir com a "Comissão da Verdade" - patrocinada pela ONU, em 1997 – os "Arquivos da Polícia" auxiliam no restabelecimento da verdade histórica, fundamental para a vitória da Justiça e a derrota da impunidade. A Comissão foi inviabilizada pelos militares, serviços de Inteligência e Segurança, que alegavam que tais documentos tinham sido destruídos ou simplesmente nunca haviam existido. E foi deliberadamente sabotada pelo governo dos Estados Unidos – que liberou apenas 1.400 das cerca de 100 mil páginas de documentos sobre a atuação da CIA no país centro-americano. Sem ter acesso ao conjunto das informações, a avaliação apresentada pela Comissão no final de 1999 ficou extremamente limitada.

Concluído em 2011, o informe "Do silêncio à memória: revelações do Arquivo Histórico da Polícia Nacional" contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pôde avançar, explicitando alguns pormenores da participação estadunidense. Entre eles, a atuação do governo dos EUA para assegurar a coordenação entre as diversas - e dispersas – forças da repressão guatemaltecas: as polícias Nacional, Judicial, Militar e o Exército. "Tal coordenação surgiu com a assessoria da Oficina para a Segurança Pública (OPS) da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento), estabelecida pelo governo norte-americano como mecanismo para supervisionar o treinamento das forças policiais a nível internacional", assinala o documento. Como revelou a jornalista e escritora argentina Stella Caloni, "a USAID foi utilizada durante o governo Reagan para dar uma fachada de legalidade às ações encobertas da CIA, que transformou a Guatemala em laboratório do terrorismo direitista".

O informe mensal de Segurança Pública de março de 1966, desclassificado (um documento secreto, tornado público) pelo Departamento de Estado dos EUA, mostra que a parceria policial-militar foi iniciada muito antes e descreve os "vários tipos de formação policial dada pela OPS para o controle de multidões, uso de gás lacrimogêneo e emprego de armas antimotins".

Outro documento desclassificado na mesma data, confirma o envolvimento da CIA na "Operação Limpeza" contra expoentes da oposição ao regime. Entre outros, revela o texto, "os seguintes comunistas e terroristas guatemaltecos foram executados secretamente pelas autoridades guatemaltecas na noite de 6 de março de 1966: Víctor Manuel Gutiérrez Garbin, líder do grupo PGT que vivia no exílio no México; Francisco 'Paco' Amado Granados, líder do Movimento Revolucionário 13 de Novembro (MR-13) e Carlos Barillas Sosa, meio-irmão de Yon Sosa, dirigente do MR-13".

Memória, espaço e luta política

Frisando que "a memória é um espaço de luta política", o advogado e intelectual paraguaio Martín Almada recorda que as ditaduras da região agiram como "gestoras da instalação das multinacionais, que criaram as condições para a entrada do modelo neoliberal". Por isso, avalia, "foram capatazes dos Estados Unidos, mordomos dos terroristas". Com o mesmo intuito das atrocidades na América Central, esclarece Almada, "tivemos no Cone Sul a Operação Condor, por meio da qual as ditaduras estabeleceram um sistema de controle, espionagem e prisões ilegais que levou à tortura e ao assassinato de centenas de milhares de civis". Foi ele quem descobriu os "Arquivos do Terror" paraguaios, no dia 22 de dezembro de 1992, em um departamento da Polícia nas imediações de Assunção. Mais de 700 mil documentos comprovando o "pacto criminoso". "Encontramos documentação da CIA desde seu primeiro dia em 1956 até 1992", relatou. Prêmio Nobel Alternativo da Paz, Almada acredita que o momento é de ação para "superar um modelo que gera riqueza e distribui pobreza, e é isso o que eles temem". "Nossos sonhos de liberdade seguem sendo seu maior pesadelo", enfatiza.

No caso da Operação Condor, recorda o advogado, os EUA colocaram seus especialistas em "serviços técnicos" da CIA para subministrar "equipamentos de tortura elétrica, com assessoramento até mesmo sobre o grau de choques que o corpo humano poderia resistir". Afinal, conforme advertiam os professores dos torturadores, "o ser vivo pode dar informação e um cadáver não".

Representante do Ministério Público da Guatemala na acusação movida contra Ríos Montt, o promotor Orlando López teve a responsabilidade de apresentar as provas que condenaram o fiel aliado de Washington.

Superando os traumas e enfrentando as ameaças de morte, mulheres indígenas sobreviventes foram até o júri dar o seu testemunho dos massacres ocorridos contra a população maia. Inúmeros fuzilamentos ocorridos nas suas aldeias, documentados pelo próprio Exército, que os mantinha como troféus de guerra, já comprovavam. "Abriram fogo contra os adultos e jogaram bebês no rio para que se afogassem, acusando a todos de guerrilheiros", relatou uma. "Fui estuprada por cerca de 20 soldados, até que perdi a consciência",

declarou outra. E outra mais acrescentou que num destacamento militar em Visan, Nebaj, presenciou “os soldados tirarem a cabeça de uma anciã e brincarem com ela”. “Isso jamais poderei tirar da minha mente”, sublinhou.

Sobre a responsabilidade de Ríos Montt nos crimes, lembra o promotor, “além de ser presidente da República e comandante geral do Exército, ele conservou o cargo de ministro da Defesa”.

Para López, embora o cumprimento da sentença esteja sendo postergado devido às articulações mantidas pela extrema direita na Corte de Constitucionalidade, o impacto na sociedade guatemalteca foi “muito positivo”. “Tanto a impunidade como a corrupção são dois flagelos que estão enraizados e que caminham de mãos dadas”. Mas agora, a partir deste julgamento, acredita o promotor, “se envia uma mensagem de não à impunidade, de que se podemos julgar fatos que ocorreram há trinta anos, também se deveriam julgar ou esclarecer acontecimentos ocorridos recentemente”.

Diante do risco de que a Justiça, enfim, prevaleça, a mídia guatemalteca ligou sua metralhadora giratória, fazendo abundar factóides contra o promotor e a Promotoria, na tentativa de que a sua massificação possa desqualificar o julgamento e fazer o processo retroceder.

Diferente dos “equipamentos” utilizados para dobrar com sangue e dor a resistência dos povos, assinala Stella Caloni, o bombardeio midiático tem se revelado mais sofisticado e sistemático, pois se multiplica via jornais e revistas, emissoras de rádio e televisão e portais de internet que elevam à enésima potência a propaganda do inimigo como verdade absoluta.

Mas, felizmente, Goebbels e os nazistas estavam completamente errados e uma mentira, apesar de contada mil vezes, jamais se tornará verdade.

O fato, frisa a jornalista argentina, “é que os grandes conglomerados de comunicação são hoje instrumentos do governo de Washington para apagar a memória, desvirtuar a cultura e estimular a submissão à lógica neoliberal, de privatização e desmonte do Estado”. Daí a importância de ampliarmos a denúncia da ação dos monopólios midiáticos e de fortalecermos a mobilização pela regulação e democratização dos meios de comunicação. Porque, mais do que nunca, enfatiza Caloni, “a desinformação é uma arma de guerra do Pentágono”.

*__Leonardo Wexell Severo__ é jornalista.

Link: http://www.brasildefato.com.br/node/32388

Em Foco IV

A importância de uma aproximação histórica (sobre o Papa e os movimentos sociais na América Latina)

Por João Pedro Stedile*

Com suas posturas e pronunciamentos referidos às injustiças na humanidade e seu posicionamento a favor dos mais pobres, dos trabalhadores e, em geral, dos excluídos, o Papa Francisco, desde o início de seu pontificado, surpreendeu agradavelmente aos militantes de movimentos populares de todo o mundo pelo contraste com seus antecessores.

O próprio fato de haver elegido o nome de Francisco, com toda a carga simbólica que tem São Francisco de Assis, seja para o comportamento das pessoas ou inclusive no interior da Igreja, representa em si mesmo um fato histórico e revolucionário. Nenhum outro pontífice teve coragem de honrar a Francisco de Assis.

Em todos os assuntos sobre os que se pronunciou – a guerra na Síria, a fome, a migração de africanos para a Europa, a questão do desemprego, as pessoas sem moradia, etc. -, o fez sempre com uma posição clara e firme; sem temor a demonstrar culpabilidades, abandonando a postura diplomática anterior, que justificava a postura do Vaticano de estar sempre ao lado dos poderosos e dos organismos internacionais.

Por outro lado, desde um primeiro momento também vem impulsionando mudanças conducentes a um processo de democracia interna dentro dos organismos do Vaticano, que se converteram em verdadeiras monarquias centralizadas, ao mesmo tempo em que estabeleceu com valentia sanções contra aqueles membros da Igreja comprometidos em atos criminais que antes se escondiam debaixo do tapete.

O diálogo com os movimentos populares

Com estes ventos de mudança, desde o segundo semestre de 2013 começamos a receber sinais de que lhe agradaria ter pontes com os movimentos populares de todo o mundo. Como tinha laços históricos com movimentos de trabalhadores precarizados da Argentina, através deles iniciamos os primeiros diálogos a respeito de como organizar uma reunião mundial de movimentos populares.

No final de 2013, no Vaticano, com a participação da Pontifícia Academia de Ciências e da Comissão de Justiça e Paz, tivemos diversas conversações para fazer realidade da vontade do Papa Francisco. Realizamos um primeiro seminário para debater as razões das desigualdades sociais no mundo, e como as víamos desde os movimentos populares.

Depois, propusemos e entregamos um documento elaborado por nove cientistas de todo o mundo, vinculados à Via Campesina internacional, que trata de explicar ao Papa as razões de por que as sementes transgênicas e os agrotóxicos são um perigo para a humanidade e para a natureza.

Nesta sequência de nosso diálogo permanente, realizamos um **Encontro Mundial de Movimentos Populares** com o Papa Francisco em outubro de 2014. Na preparação do encontro, por consenso se estabeleceu que a representação devia ser de movimentos populares que se organizam e lutam para resolver três direitos fundamentais das pessoas: **terra para semear, teto para viver e trabalho digno**. Também ficou explícito em nossas articulações que deveríamos evitar tanto representações viciadas de mecanismo internacionais, como representações da Igreja, porque já têm outros espaços para articular-se a nível internacional.

De modo que nos encontramos com mais de 180 representantes de movimentos de trabalhadores de todo o mundo, com uma ampla pluralidade de credos religiosos, etnias, gênero, juventude, orientação sexual e representação geográfica, de todos os continentes. Não houve do Papa Francisco ou do Vaticano nenhum condicionamento.

O encontro foi histórico. Pela primeira vez na história do Vaticano, o Papa se encontrou com representantes de movimentos populares. Nos reunimos no salão do Sínodo Velho, utilizado por séculos somente por cardeais. O mesmo revelou que nunca antes havia estado neste lugar. E ali analisamos os problemas que enfrentam os trabalhadores/as, suas causas e as propostas para encontrar saídas.

E em sua exposição, o Papa Francisco defendeu um programa síntese de toda nossa luta, na qual devemos perseverar, para que não haja mais na humanidade: **nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem trabalho digno e nenhuma família sem moradia digna!**

Agora, novamente vamos a encontrar-nos em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, (9 de Julho de 2015), em ocasião de sua visita a este país. A representação dos movimentos populares será maior com cerca de 1.500 companheiros e companheiras, principalmente da América do Sul, com os mesmos objetivos: refletir sobre nossa realidade e buscar as verdadeiras soluções que possam contribuir para construir uma sociedade mais igualitária, justa e fraterna.

***João Pedro Stedile** é membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina Brasil.

Link: http://www.alainet.org/pt/articulo/170915

Em Foco V

Qué está haciendo América Latina por los refugiados sirios

Por: **Redacción / BBC Mundo**
7 septiembre 2015

Europa enfrenta la peor crisis de refugiados desde la Segunda Guerra Mundial. Más de 350.000 personas han atravesado el Mediterráneo este año para tratar de llegar a ese continente, según las cifras de las Organización Internacional para las Migraciones (OIM).

Se estima que al menos 2.643 murieron en el mar en su intento por llegar a la costa europea.

La aparición la semana última de Alan Kurdi, el niño de 3 años ahogado frente a la costa de Turquía, conmovió al mundo y sirvió para crear conciencia sobre la situación de los migrantes sirios. Junto con los afganos representan el principal grupo llegando al continente.
Lea también: La historia detrás de la foto de Alan Kurdi

Y llevó a los europeos a prometer más para solucionar la crisis humanitaria de los sirios, que atraviesan una guerra civil desde 2011. Pero por ahora los esfuerzos de algunas naciones han sido limitados.

Eso podría concluirse al ver las cifras de solicitudes de asilo resueltas de forma positiva por algunos países.

Grecia, por donde atraviesan muchos de los migrantes, concedió asilo a 1.275 sirios desde 2011. Italia aceptó como refugiados en el mismo período (y hasta el primer semestre de 2015) a 1.005 sirios.

España dio asilo a otros 1.335. Y Portugal solo a 15, según las cifras recogidas por Eurostat, la agencia de estadísticas de la Unión Europea.

En contraste, un país ubicado a 10.000 kilómetros de Siria, Brasil, ya acogió a 2.077 sirios, de acuerdo con los datos aportados a BBC Brasil por el Comité Nacional para los Refugiados, el Conare, dependiente del Ministerio de Justicia brasileño.

Latinoamérica abre los brazos

Brasil no ha sido el único país Latinoamericano que recibió refugiados sirios desde que estalló la guerra civil en ese país.

Argentina, donde existe una importante comunidad siria, dio asilo a 233 desde el inicio del conflicto, según la Comisión Nacional para los Refugiados.

El año pasado, implementó el llamado Programa Siria para reunificar familias y permitir la entrada legal de sirios sin antecedentes penales.

A raíz de la oleada de personas que llegó a Europa, algunos municipios se ofrecieron voluntarios para acoger a familias sirias, como es el caso de Pilar, en la provincia de Córdoba, que ofrece terrenos y trabajo para unas 50 familias que quieran instalarse allí.
Lea: Las lecciones de América Latina en su exitosa integración de la última gran oleada de inmigrantes árabes

Por su parte, Uruguay recibió a 44 refugiados de esa nacionalidad, de acuerdo con los datos del Ministerio de Relaciones Exteriores.

El caso uruguayo

El pequeño país sudamericano fue uno de los que más se movilizó para crear conciencia sobre la terrible situación que atraviesa el pueblo sirio.

En octubre de 2014, el entonces presidente uruguayo, José "Pepe" Mujica, recibió personalmente en el aeropuerto de Montevideo a 42 ciudadanos sirios, a quienes les ofreció asilo.

Mujica también instó públicamente a otros países sudamericanos a ayudar a las familias sirias que escapan de la guerra.

Pero no todo fue sencillo en el caso uruguayo.

Algunas familias denunciaron que no se encontraron con todo aquello que esperaban.

Este lunes, cinco familias sirias que llegaron el año pasado acamparon en Montevideo frente al palacio de Gobierno para pedir al ejecutivo de Tabaré Vázquez que les facilite el regreso a un campo de refugiados en Líbano, donde vivían antes de ser trasladados a Uruguay.

"Vivir en el Líbano era mejor que acá", aseguró Maher Aldees, representante de una de las familias.
"No tengo problema con la gente de Uruguay y con el país, tengo problema con el gobierno que nos mintió", le dijó al diario *El Observador*.

El ejecutivo uruguayo se reunió con los jefes de cada familia y se comprometió a buscar una solución al conflicto en los próximos días.

Mientras, Chile -que según el Ministerio del Interior aceptó la solicitud de refugio de apenas 10 sirios- evalúa acoger a más personas próximamente, según el gobierno.

El exministro Sergio Bitar, descendiente de sirios y uno de los impulsores de la recepción de refugiados, dijo que "una cifra mínima propuesta al gobierno fluctúa entre las 50 y 100 familias".

México impulsa la llegada de una treintena de estudiantes sirios a través de una iniciativa ciudadana, el Proyecto Habesha, pero aún no se concretó la entrada en el país al no haber obtenido su visa todavía.
Ahora una petición popular a través de la plataforma *Change.org* con más de 100.000 firmas pide al gobierno de Enrique Peña Nieto que se comprometa a acoger a 10.000 personas de ese país.

¿Por qué Brasil?

Aunque varios países europeos recibieron decenas de miles de refugiados (Alemania 65.075, Suecia 39.325 y Bélgica 5.430), llama la atención el caso de Brasil, que acogió a más sirios que países como Portugal, España, o Grecia. Pero ¿por qué?

Según informa BBC Brasil, hace dos años el Conare brasileño publicó una normativa facilitando la concesión de permisos a sirios.

Desde entonces se han multiplicado los pedidos de asilo, con muchos sirios escogiendo ese país para huir de la guerra, las persecuciones y la pobreza.

La mayoría de las solicitudes de refugio se tramitan en las embajadas brasileñas en Líbano, Jordania y Turquía.

"Brasil ha tenido una política de puertas abiertas con los refugiados. El número aún es bajo, pero sin duda se trata de un ejemplo que debe ser seguido a nivel mundial", aseguró el representante de la Agencia de la ONU para los Refugiados (ACNUR), en el país, Andrés Ramirez.

A diferencia de otros países, los sirios pueden trabajar en Brasil y tener acceso a sanidad y educación mientras esperan que se les conceda el estatus de refugiado.

Link: http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=85630

Espaço Aberto I

Entre a fluidez e a efemeridade - apontamentos para pensar o Porto e a cidade

Por: Arthur Montilho A. Batalha*,
Bruna Navarone Santos**
e Gabriel F. Oliveira de Mello***

"Aqui ou ali, as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o 'tecido urbano'."
Henri Lefebvre

Em fins do século XVIII e início do XIX com a expansão da modernidade capitalista, o meio urbano, a cidade, passa por um processo de total reconfiguração de suas relações sócio-econômicas, emergindo assim um novo ser social que habita esse espaço, todavia que se diferencia doutros de períodos históricos anteriores. As transformações sofridas por essas cidades "modernas" estão interligadas com os processos de mudanças estruturais, com forte matriz econômica. Sendo assim, sua lógica organizativa fora e ainda continua sendo alterada tendo como modelo os grandes centros do capitalismo mundial em consonância com os interesses de reprodução do capital. Dentro dessa lógica é possível perceber esse processo na zona portuária do Rio de Janeiro onde está sendo implementado o Projeto Porto Maravilha.

Sob o governo do prefeito Eduardo Paes, a cidade do Rio de Janeiro vive uma intensa rotina de "bota abaixo", obras, abertura de avenidas e etc. Tudo isso dentro da modalidade "PPP" (Parceria Público-Privada), sendo a área portuária administrada e reconstruída por um consórcio chamado Porto-Novo. Toda essa mudança se firma na fachada de uma "bondade" para a população em geral, entretanto tem um sentido muito maior, mais complexo e contraditório, que está extremamente interligado com a lógica neoliberal de gerência do espaço urbano.

Consideramos que o espaço que vem sendo produzido a partir desse Projeto será voltado apenas para o consumo especializado por zonas, para satisfação das classes média e alta. Além disso, também será destinado para os turistas que visitam e visitarão a cidade, e não para aqueles – as classes baixas que moram na periferia da cidade - que têm participado ativamente na construção do mesmo. Predominando, consequentemente, a reprodução material de determinados agentes (os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado) em detrimento de outros (os grupos sociais excluídos; os conjuntos "para-formais"1).

O escopo em que se firma a produção do espaço urbano por meio do planejamento estratégico, aliado a implantação de operações urbanas, expressa as tendências da dinâmica contraditória do capital. Destarte, a realização de obras, mesmo as pontuais nesta área, seria uma manobra de cunho econômico, turístico e cultural, tendo um discurso de melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e a sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. Todavia não deixam os fatores de exclusão, segregação e homogeneização. Nas palavras de Harvey:

1 O termo atividades de "para-formalidade" designa um conjunto que se encontra no cruzamento do formal (formado) e do informal (em formação), de atividades comerciais, culturais, de moradia, entre outros; disputam o espaço público com as construções, e fazem parte do desenho urbano – vendedores ambulantes e bancas de revistas, cartazes e intervenções artísticas -, sejam eles móveis, fixos ou ambulantes; de procedência nativa ou turista; com a posição dos corpos sentados ou em pé.
[https://www.facebook.com/grispublicoamericano.gpa].

> Depois que se forma a paisagem física e social da urbanização de acordo com critérios caracteristicamente capitalistas, certos limites se interpõem nas vias futuras do desenvolvimento capitalista. Isso implica que, embora o processo urbano sob o capitalismo seja moldado pela lógica da circulação e da acumulação do capital, aqueles critérios modelam as condições e as circunstâncias da acumulação do capital em pontos posteriores do tempo e do espaço. Em outras palavras, [...] talvez lutem para promover a sua própria geografia histórica. (HARVEY, 2005: 165).

Ainda como característica desse modelo de políticas urbanas presentes no Projeto, pode ser considerada a "transferência de técnicas de gestão empresarial à administração urbana – como o marketing e o planejamento estratégico [...]". O que implica a transformação da cidade como empresa e, simultaneamente, mercadoria (Compans, 2005, p. 26 apud Gianella, 2013), provocando a expulsão da memória e da história daquele espaço, a partir da expulsão de quem a produz no cotidiano (GIANNELLA, 2013).

O projeto que se tem voltado para a transformação do entorno da chamada Zona Portuária, principalmente na Praça Mauá e Morro da Conceição, aponta para impactos que vão além da área direta de intervenção do projeto. Podemos, por conseguinte, dizer que essas áreas tipificam um ideal muito atraente para atividades turísticas que poderão ser controladas pelo grande capital. Nessa perspectiva citamos a transformação das vias do entorno com a finalidade de promover melhorias na circulação de automóveis, a construção do corredor para o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), áreas de convívio e diversas praças; ademais, irrompe também como contradição a questão de tantos recursos investidos somente terem se resumido na instalação do teleférico para a "urbanização" do Morro da Providência. Algo que, em grande medida, não altera a vida da população residente, servindo apenas de "maquiagem" para a população não residente e para o uso turístico/econômico.

Dentro dessa questão podemos citar a geógrafa Letícia Giannella (2013) que identificou como projetos de revitalização similares têm provocado uma espécie de museificação que acaba por gerar a expulsão de populações locais e substituição das mesmas por uma de classe média desejosa da experiência de habitar ou lançar empreendimentos comerciais nesse ambiente. Esse foi o caso da revitalização do Pelourinho, em Salvador, e observou algo semelhante no bairro carioca da Lapa.

Nos chama atenção também para construção de grandes obras, monumentais, que servem como puro marketing do Projeto executado pela prefeitura em parceria com o empresariado. A título de exemplo temos o Aquário Carioca, maior aquário público da América Latina, que contará até com tubarões em seus reservatórios, ou mesmo o Museu do Amanhã, estrutura gigantesca na ponta da Praça Mauá, catalisadores do investimento privado. Esses monumentos procuram propagar uma noção de "progresso", "grandiosidade" e "mudança" na cidade, o que serve diretamente para criação de consenso acerca dessas obras.

Convém insistir que já se observa a construção de torres comerciais e residenciais de alto padrão em bairros antes notavelmente populares. Prédios tampam a vista da favela e possuem medidas superiores ao delineamento da montanha. O que significa que continuamos a viver, em um processo nada novo, a expulsão da memória e da história daquele espaço a partir da expulsão de quem o produz no cotidiano. Não obstante, convergem-se por meio de operações de compra e venda das habitações populares, um sufocamento dos espaços vividos, (re)figurando em habitações destinadas às classes médias e altas. Acreditamos, todavia, no potencial dos movimentos sociais que têm se organizado para resistir às propostas tal como vêm sendo colocadas.

Da revitalização à estetização, o urbanismo reformista busca tornar interessantes os espaços antes decadentes às vistas do capital. Com seus custos relativamente baixos, pelos anos de desinvestimento, o local passa por uma intensa rotina de ora destruição, ora construção. Esta rotina *centrífuga* produzirá um espaço voltado para o desencontro mais do que para o encontro, para a anulação das diferenças mais do que para a convivência com a diversidade, uma vez que são visíveis as lacunas na participação popular e monitoramento (Carlos, 2007).

Discutimos especificamente o espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro que sofre um processo que não é restrito a essa região. Isso demonstra uma tendência da correspondência entre a lógica neoliberal e os processos de revitalização das chamadas "cidades globais" com políticas de empreendedorismo urbano, tal como Barcelona pós-olimpíada. Esta transformou sua zona portuária degradada em um centro de atração

turística, negócios e lazer. Sendo assim, percebe-se Barcelona sendo o modelo de revitalização de áreas centrais e portuárias, principalmente, para as cidades latino-americanas.

Constatamos diante disso que o poder público está promovendo na pauta do Projeto Porto Maravilha um tipo de centro urbano modificado segundo a cartilha mundial de produção de espaços fluidos e efêmeros, que se traduzem em um espaço de rápidas transfigurações de maneira a prescindir das relações concretas para a ideia de não lugar. Eclode com isso a dissipação da consciência urbana, no sentido de ter consciência do direito de defender sua prática de interagir com o espaço, habitar, sentir-se pertencente ao mesmo e, portanto, participar ativamente de suas transformações (Carlos, 2007). Para tanto, o presente trabalho visou indicar alguns apontamentos basilares no cerne dos acontecimentos, de modo que ainda resta aprofundar os estudos voltados para a população residente e para os de embates diários em forma de resistência urbana dos grupos sociais de luta pela não supressão de sua existência.

Palavras chave: Produção do espaço; Operação urbana Porto Maravilha; cidade; revitalização urbana; Rio de Janeiro

Bibliografia:
CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Produção do Não Lugar. In:_____ O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007.
HARVEY, David. A Produção Capitalista do espaço. São Paulo, Annablume, 2005.

Referência Eletrônica:
Letícia de Carvalho Giannella, « A produção histórica do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro e o projeto Porto Maravilha », Espaço e Economia [Online], 3 | 2013. Posto online no dia 19 Dezembro 2013, consultado 10 Agosto 2015. URL: http://espacoeconomia.revues.org/445
Porto do Rio: 450 anos de transformação. Disponível em: http://www.ebc.com.br/noticias/2015/03/porto-do-rio-450-anos-de-transformacoes Acesso em: 15 de ago. 2015.

* Graduando em Serviço Social pela UNIGRANRIO.
** Graduanda em Ciências Sociais pela UERJ.
*** Graduando em História pela UERJ e bolsista de Estágio Interno Complementar no PROEALC.

Espaço Aberto II

Reflexões acerca da violência de gênero: Uma expressão da questão social.

Isabel Gonçalves

> *"A violência contra a mulher é produto de uma construção histórica — portanto, passível de desconstrução." – Tânia Pinafi*

O presente ensaio tem por objetivo suscitar o debate acerca da violência de gênero, tão marcante em nossa sociedade e que ultrapassa os limites do campo doméstico, trazendo à superfície questionamentos e especificidades da cultura brasileira e a importância de discutir temas como esse para além das datas 'comemorativas'. A violência contra a mulher é um problema de ordem estrutural e muitas vezes naturalizado. A violência de gênero tem raiz na forma patriarcal na qual nossa sociedade é fundada, as relações hierárquicas alimentam a desigualdade onde o homem se sobrepõe a mulher, tais relações se dão tanto no âmbito público, como desigualdade salarial, como no âmbito privado, entre relações com cônjuges, por exemplo, onde há sobre a mulher relações de dominação até a violência física.

A violência de gênero que já foi considerada legal segundo o Código Civil que vigorou de 1916 a 2002 (quando considerava incapaz a certos atos a mulher casada), hoje é tratada pelo Estado principalmente como um problema de saúde pública. A violência atinge tanto a saúde física como metal das mulheres e segundo

dados da ONU os gastos com a violência de gênero chegou a R$ 508,2 bilhões em 2013 gerando forte impacto nos serviços de saúde e previdência social. No Brasil, segundo a pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado (FPA/Sesc, 2010), a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas, e na maioria dos casos, 80% das agressões são cometidas por parceiros, ou ex parceiros com o qual a vítima se relacionou. A violência enquanto expressão da questão social, afeta todas as classes, raças e etnias, embora haja um recorte especifico em que mulheres negras aparecem como principais vítimas da violência doméstica, segundo dados da Central de Atendimento à Mulher. Elas também aparecem como principais vítimas nos casos de homicídio e estupro, segundo o Dossiê Mulher 2015, feito pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Tais dados confirmam a existência da cultura que hipersexualiza e objetifica as mulheres, traços que muitas vezes são reforçados pela mídia, por exemplo, e que dificultam a desconstrução desses estereótipos.

As formas de violência passaram a ser especificadas com a sanção da Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, quando não só agressões físicas são passiveis de punição, mas há um enquadramento para violência psicológica, moral, sexual e patrimonial. A lei sancionada desde 2006 foi pioneira ao tratar a questão da violência de gênero no país. Recentemente foi aprovada a Lei do Feminicídio, que prevê uma pena mais dura para crimes que tenham por motivação o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. O Brasil ocupa a 7ª posição de 84 países onde mais se mata mulheres no mundo. Isso é um reflexo da sociedade machista e ainda patriarcal, embora a maioria da população seja composta por mulheres, segundo dados do IBGE.

Embora medidas de punição estejam sendo efetivadas pelo Estado, pouco se vê reduzir o número de violência e morte acometido às mulheres. Após a sanção da Lei Maria da Penha, houve uma expressiva redução no número de casos registrados, mas em 2008 os números voltaram a crescer, demonstrando que as políticas de punição pouco têm impacto sobre a prevenção desses crimes. No Brasil, mas também em outros países pelo mundo, a cultura que prevalece é o homem como gênero dominador, figura central no lar e na sociedade. E a mulher como sexo frágil, dominada e submissa. Ainda que vivendo em pleno século XXI, com tantos avanços e conquistas, as principais causas que motivam a violência são, ódio, a rejeição e a perda de controle sobre a mulher, motivada pelo estereótipo de que para afirmar sua masculinidade o homem precisa ser dominador, agressivo, rejeitar e não ser rejeitado. Características como essas são de ordem cultural, e mesmo que sejam naturalizadas socialmente não são intrínsecas ao gênero masculino.

Para além de medidas punitivas e repressivas, problemas estruturais devem ser tratados em sua raiz. A cultura que exalta comportamentos agressivos tidos como naturalmente masculinos devem ser desveladas e eliminadas da sociedade. A discussão em espaços coletivos permite em longo prazo a desconstrução do pensamento machista. Leis como a Maria da Penha e a do Feminicídio são de grande importância para dar uma resposta a vítima e a sociedade, mas sozinhas não podem evitar os crimes que vem ocorrendo todos os dias. Intervenções do Estado para a eliminação da violência através da punição não pode ser a única medida para extermina – lá. A mudança na forma de educar as crianças e a eliminação de estereótipos tidos como femininos ou masculinos são de necessária importância para diminuir as diferenças socialmente construídas, e assim criar a possibilidade de uma igualdade de gênero de forma efetiva.

Palavra-chave: Violência, Gênero, Mulher, Cultura.

Referencias bibliográficas

Acessado em 29/08/2015:
http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-e-racismo/

Acessado em 29/08/2015:
http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio/

Acessado em 29/08/2015:
http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=1,2,-2,-3,128&ind=4707

Acessado em 29/08/2015:
http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/

Acessado em 30/08/2015:

http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/

Acessado em 30/08/2015 :
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm

Acessado em 30/08/2015 :
http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/06/eleonora-menicucci-2018violencia-contra-a-mulher-ainda-e-uma-questao-cultural-patriarcal-e-machista2019-4851.html

Acessado em 30/08/2015 :
http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencia-sexual-era-pratica-disseminada-periodo-da-ditadura-aponta-relatorio-da-cnv/

Acessado em 30/08/2015 :
http://www.otempo.com.br/cidades/viol%C3%AAncia-contra-a-mulher-gera-impacto-de-r-508-bi-por-ano-1.856568

Agenda Acadêmica

I Seminário Internacional do Trabalho e ditaduras do Cone Sul

Data: 14 a 16 de outubro de 2015
Local: Rio de Janeiro
Link: http://cpdoc.fgv.br/lemt-trabalho-e-ditadura

Laboratório dos Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (CPDOC/FGV), o Departamento de História da PUC-Rio e o Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro têm o prazer de convidar todos os pesquisadores e pesquisadoras interessados em submeter propostas de trabalhos originais, fundamentados em pesquisas empíricas, debates teóricos e metodológicos e balanços da literatura especializada que possibilitem o diálogo entre estudiosos dedicados ao tema dos mundos do trabalho e ditaduras.

Prazos:

Submissão de trabalhos: até 31 de julho de 2015.
Divulgação dos trabalhos aceitos: 18 de agosto de 2015.
Envio de texto completo: 18 de setembro de 2015.

O I Seminário Internacional Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul ocorrerá entre os dias 14 e 16 de outubro de 2015 no Rio de Janeiro e pretende iluminar as múltiplas e variadas ações e experiências da classe trabalhadora durante o período autoritário no Cone Sul latino-americano (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai), na segunda metade do século XX.

O seminário contará com três mesas redondas: 1- Trabalhadores e historiografia das ditaduras, 2- Resistências, consensos e colaborações: trabalhadores nas ditaduras, 3- Empresas, empresários e os mundos do trabalho nas ditaduras com convidados de vários países com reconhecida expertise nas discussões sobre a temática.

A presente chamada de trabalhos selecionará 32 apresentações que irão compor 8 sessões coordenadas. Abaixo, sugerimos alguns eixos temáticos, de forma alguma exclusivos:

• Os golpes militares e os(as) trabalhadores(as)
• Movimentos sindicais
• Prisões, torturas, mortes e desaparecimentos de trabalhadores urbanos e rurais
• Greves e movimentos de resistência
• Relações entre militares, empresários e a classe trabalhadora
• Ditadura, Estado, atores sociais e os múltiplos discursos sobre o trabalho
• Transformações na legislação e nas políticas trabalhistas
• Ditaduras, transformações socioeconômicas e os mundos do trabalho
• Raça, gênero e os(as) trabalhadores(as) nas ditaduras
• Vida cotidiana, cultura, sociabilidades e os mundos do trabalho
• Responsabilização empresarial
• Biografias e classe trabalhadora
• Redemocratização e trabalhadores(as)
• Justiça de transição e os(as) trabalhadores(as)

Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais

Data: 27 a 29 de outubro de 2015
Local: Santa Catarina
Link: http://ppgss.ufsc.br/seminario-2015/

O Departamento de Serviço Social e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) têm a honra de convidar estudantes, pesquisadores, professores e assistentes sociais para participarem do I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais a ser realizado entre os dias 27 e 29 de outubro de 2015 em Florianópolis no campus da UFSC.
Esse Seminário propõe, através da programação organizada com conferências, mesas de debate e exposição de trabalhos, propiciar a ampla divulgação da produção teórica, pesquisas em desenvolvimento e experiências profissionais que, a partir dos eixos do Seminário (Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais), suscite a reflexão sobre o contexto nacional e as determinações que afetam diretamente a classe trabalhadora e as políticas sociais.

Objetivos:

Propiciar a troca de experiências dos processos e resultados de pesquisas e extensão realizadas pelos pesquisadores, profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação e núcleos de pesquisa do Serviço Social com outros núcleos e Instituições; Socializar, divulgar e visibilizar a produção de conhecimento realizada no âmbito do Serviço Social, do trabalho e das políticas sociais.

Público Alvo:

O evento se destina prioritariamente a professores, pesquisadores, profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação em Serviço Social e áreas afins.
Submissão de Trabalhos
Os trabalhos submetidos ao Seminário Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais deverão ser enviados, mediante inscrição, entre os dias 01 de junho e 20 de julho de 2015, nos seguintes eixos temáticos:

EIXO 1 – Trabalho e questão social

EIXO 2 – Serviço Social, Fundamentos, formação e exercício profissional

EIXO 3 – Política social

Cronograma:

01/06/2015 – Data inicial para envio de trabalhos
20/07/2015 – Data final para envio de trabalhos
3/08/2015 – Data para divulgação da lista de trabalhos aprovados
01/06 a 30/09/2015 – Período de inscrições para o Seminário
30/09/2015 – Data final para inscrição dos participantes com trabalho(s) aprovado(s)

Lançamentos

MONTAÑO, Carlos; BORGIANNI, Elisabete. Coyuntura actual, latinoamericana y mundial - tendencias y movimientos. São Paulo, Editora Cortez, 2015.

El presente libro pretende subsidiar al cientista social y particularmente al asistente o trabajador social, em el conocimiento contemporâneo, y sus tensiones y movimientos. Para tal propósito, reunimos em la presente antologia, textos de intelectuales consagrados mundialmente – Amin, Antunes, Boron, Chesnais, Harvey, Houtart, Mészáros, Netto, Petras, Veltmeyer, Wallerstein, Wood - , que nos proporcionan uma aproximación a la realidad mundial desde su contexto de crisis estructural, surgida a partir de fines de la década de ‘ 60 e inicio de los ‘ 70, las respuestas orientadas por el capital financiero y los câmbios geopolíticos, seguidos de textos dirigidos al análisis de las tensiones y movimientos del sistema capitalista, fundamentalmente enfocando a América Latina.

MARTINS, José de Souza. Linchamentos: justiça popular no Brasil. São Paulo, Contexto, 2015.

Para José de Souza Martins, o Brasil está entre os países que mais lincham no mundo. Essas ações, motivadas por atos gravíssimos de estupro de crianças, por casos de incesto, por roubos que vitimam pessoas pobres e desvalidas, culminam no trucidamento violento dos acusados. Embora no geral seja curta a duração do ódio que move essas ações, não é pequeno o elenco dos momentos do ato de linchar. Eles vão da perseguição ao pedrejamento, ao espancamento, à mutilação do linchado e, não raro, ao seu extermínio pelo fogo, estando ainda vivo. A crueldade da multidão é demarcada e regulada por valores e procedimentos do justiçamento arcaico, que nos remetem a normas e critérios da Inquisição e das Ordenações Filipinas. Pouco diferem os nossos linchamentos de hoje dos que entre nós já eram praticados desde o primeiro de que se tem notícia, na Bahia, em 1585.

Expediente

Reitor
Prof. Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Prof. Paulo Roberto Volpato Dias
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Léo da Rocha Ferreira
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire

Editoras Responsáveis
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Dra. Andreia de Souza de Carvalho
Coordenação de Produção
Andreia de S. de Carvalho *(PROEALC/CCS/UERJ)*
Hugo Macedo de Araújo *(PROEALC/CCS/UERJ)*
Colaboradores
Arthur Batalha (PROEALC/CCS/UERJ)
Bruna Navarone Santos (PROEALC/CCS/UERJ)
Gabriel F. O. de Mello (PROEALC/CCS/UERJ)
Isabel Gonçalves (PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação
Rodrigo Gomes *(FAETEC/UERJ)*
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.